

## DOCUMENTOS

### “O PROBLEMA DA DEFINIÇÃO DE EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E EPISTEMOLÓGICA”

Geraldo Barroso (2)

A concepção sobre educação reflete sempre uma determinada concepção de mundo, uma filosofia ou modo de enxergar a vida. E essa concepção de mundo refere-se sempre a uma organização econômica, social e política determinada. Ao longo de sua existência os homens se relacionaram com o meio, entraram em relações com outros homens, construíram idéias e instituições visando garantir sua sobrevivência diante do meio e dos outros homens. E dependendo da forma como se organizam para a produção econômica, das relações sociais que engendram, das formas políticas que adotam, os homens en-

---

(1) Transcrição literal da prova escrita por nós realizada em 29.05.1986, como parte do concurso para professor-assistente do Departamento de Fundamentos Sócio-Fisiológicos do Centro de Educação da UFPE.

(2) Professor-assistente do Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação do Centro de Educação da UFPE.

quanto seres sociais reais necessitam formar novos seres na sociedade e para a sociedade, garantindo a continuidade de suas existências. Toda e qualquer sociedade possui, desenvolve e transmite códigos de conduta, técnicas de apropriação da natureza, formas de organização política, aspirações individuais, etc, que formam um conjunto de “saberes” que são internalizados como valores pelo conjunto da sociedade: agricultores, construtores, escribas, atendem a uma necessidade de movimentação e de reprodução da existência social, possuem saberes determinados e tornados necessários à existência do conjunto. Decorre daí que a educação é sempre uma prática social.

Já na pré-história, os homens acumularam experiências de técnicas ou estratégias de sobrevivência diante do meio hostil, experiências essas transmitidas de maneira simples e coletiva; ao mesmo tempo criaram e acumularam saberes sobre o imaginário, destinados a ajustá-los aos mistérios que não compreendiam. Constituíram portanto um patrimônio de experiências que cabia preservar e transmitir.

Nas sociedades primitivas, sem diferenciação social, não existiam escolas; a transmissão dos conhecimentos necessários à continuidade da existência do grupo se fazia nas oficinas, nas matas, no centro da aldeia; não existiam homens destacados, especializados em “ensinar” as coisas. A educação era uma responsabilidade de todos os adultos – notadamente dos velhos – sobre os jovens no cotidiano da produção econômica, da guerra, dos ritos religiosos.

O desenvolvimento dos meios de exploração da natureza e a forma como se deu essa exploração (através da apropriação individual dos meios de produção) criou diferenças sociais; conseqüentemente, tipos determinados de saber deixaram de ser propriedade coletiva e foram igualmente apropriados por uma minoria. De um lado continuaram existindo os homens que produziam, que no contato direto com a natureza a transformavam através do seu trabalho (agricultores, artesãos, etc.). De outro lado, aqueles que dirigiam, orientavam, administravam (enfim, “ensinavam”) a produção social. Classes diferentes, saberes diferentes. Os trabalhadores diretos continuavam a aprender uns com os outros nos campos e nas oficinas; os dirigentes, a classe dominante, aprendiam a controlar, planejar, contabilizar, dominar e racionalizar o esforço coletivo. Ainda assim, a educação se fazia no estábulos, no mercado, nas Assembléias; educações diferentes para homens diferentes, para o mando ou para o trabalho.

Admite-se comumente que foi na Grécia antiga que primeiro se desenvolveu um ideal humanista completo de educação. Os filósofos gregos teorizaram sobre os objetivos, formas e métodos da educação. Difunde-se amplamente o conteúdo ético, os ideais de formação integral do ser humano: suas virtudes, seu senso de dever cívico, seu caráter pessoal, seus conhecimentos sobre o mundo (ciências, história, filosofia). No entanto, esses eram os ideais de uma classe social. Os gregos constituíam uma sociedade escravista, o que signifi-

cava excluir uma imensa maioria desses ideais. “A formação plena do homem” deve ser entendida como a do homem livre (excluídos os escravos, mulheres e estrangeiros), aquele desobrigado do trabalho para a sobrevivência e que tinha o ócio como uma virtude, um distintivo de classe. Para esses, a nobreza, aqueles que carregavam os “gloriosos nomes” dos antepassados, a educação era a preparação para o exercício do poder, era possuir o dom do equilíbrio, da justiça, da firmeza, necessários para assumir um papel de DIREÇÃO DA SOCIEDADE (Platão expressa muito bem esse ideal aristocrático de educação no interior da sociedade escravista grega). Os escravos, os artesãos, os agricultores, continuaram a ensinar e aprender na prática do seu cotidiano.

No período tradicionalmente conhecido como Idade Média Ocidental, a realidade do feudalismo, da servidão, da descentralização política, da produção auto-suficiente, gera uma nova concepção e uma nova prática de educação. A educação continuava a se processar mesmo sem escolas: na reprodução da nobreza (chamada “educação cavaleiresca”), através dos ritos, práticas e hábitos próprios desta classe, na reprodução da força de trabalho (a educação camponesa se dava nos campos, nos estábulos, nas oficinas, na prática cotidiana) e na reprodução dos membros da Igreja Católica.

A Igreja Romana, única instituição a livrar-se da fragmentação provocada pela transição para o feudalismo, era a instituição que dava unidade a esse disperso universo medieval e “cimentava” ideologicamente a Europa feudal. A Igreja era a única a fornecer educação formal; de um lado preservava o patrimônio cultural acumulado na antiguidade (inútil para nobres e camponeses voltados, respectivamente, para a guerra e para a produção); por outro lado cuidava de controlar ideologicamente o conjunto social através do ideal da salvação. A educação fornecida pela Igreja Católica se realizava – diferentemente das concepções greco-romanas – pelo distanciamento do indivíduo do mundo real circundante. O mundo era visto como um mistério, estático e imutável, cabendo aos homens resignarem-se aos desígnios divinos, buscando recompensa na salvação. Educar-se significava negar o corpo e os desejos, os instintos e emoções, servir a Deus como ideal supremo. Estas concepções correntes na Idade Média começam a ser abaladas à partir do séc. XII com as transformações decorrentes do Renascimento Comercial e Urbano e da ascensão da burguesia. Sem acesso aos meios de poder e distinção social (terras e títulos), a burguesia irá, ao longo de sua formação e crescimento enquanto classe, rejeitar os ideais ascéticos e guerreiros que definiam a educação medieval. Montada sobre uma concepção de mundo que refletia a sua posição marginal na sociedade feudal, a burguesia irá reivindicar o seu acesso ao saber (o seu primeiro instrumento foi a UNIVERSITA). Mas deveria ser um saber identificado com os seus interesses de classe, que atendessem à nova realidade que ela anunciava.

Como a Igreja Católica representava o velho, o que se queria rejeitar, a burguesia irá se referenciar ao passado antigo, pré-cristão.

Mas o projeto da burguesia terá que esperar alguns séculos para realizar-se plenamente. Todo o período que corresponde à Idade Moderna foi um espaço de transição, caracterizado pela convivência do novo e do velho, dos vestígios ideológicos feudais e das novas concepções de mundo que a formação do capitalismo ensejava. Assim, nesse espaço de tempo, irão conviver concepções individualistas (marcadas pelo humanismo), de matriz burguesa, com as práticas seculares da educação fornecida pela Igreja Católica. O saber continuará sendo deslocado do cotidiano, continuará privilégio das elites (de tradição ou de fortuna). Avanço, se houve, deu-se na época da Reforma Luterana e Calvinista, com a exigência de generalização da instrução como meio de garantir a leitura da Bíblia, instrumento básico para se alcançar a salvação. Exigência que não chegou a se concretizar em educação das massas em igualdade de condições com as elites.

Ruptura maior ocorre à partir do séc. XVIII; a Revolução Industrial e a Revolução Francesa dão acabamento – através do iluminismo – a um processo iniciado séculos antes. A burguesia, controlando os rumos da economia, já possuidora de sua consciência enquanto classe, tem no século XVIII uma concepção de mundo já pronta destinada a superar o condomínio de poder então existente, desalojar os setores parasitários que controlavam o poder dos privilégios e justificar o seu exercício da direção do Estado.

As concepções burguesas apresentavam um elenco de DIREITOS inerentes à condição humana (liberdade, propriedade, igualdade, etc.), direitos esses que independiam de tradição para serem exercitados, ou seja, que pertenciam ao conjunto dos homens participantes do coletivo social. Coerente com esse postulado, os liberais propõem um governo como a encarnação desses direitos, um governo destinado a garantir o bem estar comum e a realização dos direitos fundamentais. O governo deveria ser uma prerrogativa dos mais capazes de dirigir os negócios públicos.

Ora, a burguesia se apresentava então perante a sociedade como possuidora dessa capacidade, pois era “cult”, “formada”, “educada”, enfim. Essas concepções lançam uma nova visão sobre o que deveria ser a educação. Em primeiro lugar, partindo do princípio de que todos os homens possuíam aptidões e capacidades potenciais, caberia à educação realizar (ou não) essa potencialidade; à partir daí os lugares sociais mais importantes seriam ocupados pelos mais “aptos” ou “talentosos”. Em segundo lugar, a nova proposta política de escolha dos governantes pelo voto (manifestação livre do conjunto dos governados, cidadãos) exigia do conjunto dos cidadãos (tomados iguais perante a lei) um “preparo” para o exercício ritual do poder que a ignorância das massas (resultado do descaso elitista) obstaculizava.

Como resultado dessa concepção surge a proposta (já no momento mesmo da Revolução Francesa) de generalização da educação, entendida como UNIVERSALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO, e da instituição – pelo Estado – da escola pública, obrigatória e gratuita como forma de garantir a realização do ideal democrático (burguês) de igualdade de oportunidades.

Neste momento – e até os dias atuais – dissemina-se a escola como espaço de educação. Educar-se passava a ser sinônimo de freqüentar uma escola e obter títulos. As escolas passaram a ser organizadas por ramos de ensino, séries, graus, etc. Freqüentá-las ou não, freqüentá-las em todos os seus patamares ou parcialmente seriam os parâmetros para ocupar diferentes posições sociais.

No entanto, a realidade dos séculos da Idade Contemporânea mostrava a permanência de uma característica da educação numa sociedade de classes: a existência de duas educações, realizadas em duas escolas; uma fornecida às elites os meios de perpetuar sua dominação; outra preparava as classes subalternas para o ingresso na esfera da produção. As elites podiam sustentar seus filhos por mais tempo afastados do mercado de trabalho e prepará-los para ocupar cargos de mando. Os filhos dos trabalhadores recebiam um treinamento rápido, existindo bloqueios concretos para adquirir o patrimônio cultural acumulado, penetrando rapidamente no mundo do trabalho movidos pelas necessidades econômicas.

Dessa forma, a educação não realizou, em nenhum momento, o projeto ideológico da burguesia (apesar das insistências de Dewey, Mannheim, Durkheim em “corrigir” essa “falha”) de melhoria social e igualdade de oportunidades. A educação – através das instituições escolares – continua servindo para “filtrar”, isto é, selecionar os quadros que ocuparão as funções subalternas, intermediárias e superiores, legitimando – através de diferentes educações – a hierarquia social.

Bastante revelador do caráter de classe da educação nas sociedades capitalistas (burguesas, portanto) é o papel do Estado (enquanto instrumento de classe). O Estado fornece educação fundamental, organiza, impõe conteúdos, disciplina, legisla em todos os sentidos. No caso brasileiro, é fácil perceber através de dados estatísticos disponíveis que em nenhum momento é realizado o postulado da igualdade de oportunidades que, em tese, seria o fim último da intervenção estatal na educação.

Enfim, educação não se realiza enquanto ciência (pois lhe faltam um objeto delimitado e as condições de experimentação, reduzível às leis de generalização). Educação se define enquanto espaço da superestrutura e se realiza enquanto ideologia. Como a educação é um produto e uma prática social (que se materializa, em sociedades hierarquizadas, em instituições escolares), ela é

resultado de uma realidade concreta que a gera. Se a educação é a apropriação, sistematização e a transmissão organizada de saberes (normas, valores, técnicas, expectativas, etc.), ela apenas reflete a realidade concreta que gerou esses saberes. E em sociedade de classes, resultado da divisão de trabalho, a educação irá atender a essa realidade, garantindo a reprodução da ordem social; justa ou injusta, essa é, em síntese, a sua função. Enquanto espaço ideológico, é inevitável que se torne um espaço de confronto entre as concepções que se referem à ordem dominante (a ordem da classe dominante) e as concepções que a questionam e propõem eventualmente uma ordem alternativa.